



ESTE MÊS LEMOS... MÁRIO SOARES

Mário Alberto Nobre Lopes Soares

Em dezembro de 2024 comemora-se o centenário do seu nascimento. As comemorações (através de uma comissão organizadora sediada na Fundação Mário Soares) realizam-se de 7 de dezembro de 2024 até ao final de 2025 e ligam-se às celebrações dos 50 anos do 25 de Abril e dos 100 anos do nascimento de Maria Barroso.

A título de exemplo, Coimbra vai receber o Congresso Internacional "Mário Soares: Uma Vida Entre Séculos" terá lugar na Universidade de Coimbra, entre 9 e 10 de outubro de 2025. Esta iniciativa reunirá académicos e cientistas para analisar, debater e refletir sobre o percurso intelectual e político de Mário Soares. A iniciativa será promovida pelo ISCTE, pela Universidade Aberta, Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade de Évora.

A vida de Mário Soares foi um combate incansável pela liberdade e uma luta incessante pela democracia, esforços que lhe foram indistintos da defesa dos direitos humanos, da paz e da solidariedade entre os povos, bem como do progresso social e económico e do respeito ambiental e ecológico.

Figura maior da democracia portuguesa, Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu em Lisboa no dia 7 de dezembro de 1924, filho único do casal Elisa Nobre Baptista (1887-1955), natural de Pernes (Santarém), e João Lopes Soares (1878-1970), natural de Arrabal (Leiria), governador civil da Guarda e de Braga, deputado e ministro durante a I República e opositor ao regime da Ditadura Militar e do Estado Novo. Estudou no Colégio Moderno (1935-1942), licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1951, e em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1957. Em 22 de fevereiro de 1949, casou com Maria de Jesus Barroso (1925-2015), por procuração, por se encontrar preso na cadeia do Aljube. Do casal nasceram dois filhos: João (n. 1949) e Isabel (n. 1951).

CARREIRA

Profissão: advogado (desde 1957).

Cargos: Direção Académica das Juventudes Comunistas de Lisboa (1944-45);

Presidente do MUD juvenil (Movimento de Unidade Democrática) (1945-1948);

Secretário do general Norton de Matos (1949);

Membro da Comissão Central de Apoio a Humberto Delgado (1958);

Cabeça de lista da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) -Lisboa (1969);

Professor nas Universidades de Vincennes e Rennes (1970-1974);

Secretário-geral do PS (Partido Socialista) (1973-1985);

Vice-presidente da Internacional Socialista (1974-1985);

Ministro dos Negócios Estrangeiros (I-II Governos Provisórios);

Ministro sem pasta (III-IV Governos Provisório, 1974-1975);

Primeiro-ministro (I e II Governos Constitucionais, 1976-1978 e IX Governo Constitucional, 1983-1985);

Presidente da República de 9 de março de 1986 a 9 de março de 1996;

Presidente da Fundação Mário Soares e conselheiro de Estado (1996).

VIDA POLÍTICA, ELEIÇÕES E PERÍODO PRESIDENCIAL

A 26.01.1986 na 1.ª volta das eleições presidenciais Mário Soares obtém 25,43% (1 443 683 votos), face aos 46,31% (2 629 597 votos) de Freitas do Amaral, 20,88% (1 185 867 votos) de Salgado Zenha e 7,38% (418 961 votos) de Lurdes Pintassilgo. Mário Soares é eleito (51,18% - 3 010 756 votos) à 2.ª volta a 16.2.1986, derrotando Freitas do Amaral (48,82% - 2 872 064 votos).

Foi reeleito a 13.01.1991 (70,35% - 3,459 521 votos). Os candidatos derrotados foram Basílio Horta (14,16% - 696 379 votos), Carlos Carvalhas (12,92% - 635 373 votos), e Carlos Marques (2,57% - 26 581 votos).

Foi Presidente da República de 9 de março de 1986 a 9 de março de 1996.

Mário Soares foi uma figura importante da oposição desde os anos 40. Filho de João Soares, ministro das Colónias da I República, que encorajou sempre Mário Soares no sentido do empenho político. Por isso lhe foi possível ter demorado quase dez anos a concluir o primeiro curso, e mais sete até se estabelecer como advogado - atividade a que deu, também, um marcado cunho político -, devido às suas múltiplas atividades políticas e correspondentes prisões. A sua trajetória independente do PCP desde 1950, aliada à projeção internacional alcançada como advogado da família Delgado após o assassinio deste (1965), consolidada pela deportação para São Tomé (1968-1969) e subsequente exílio em Paris (1970-1974), deu-lhe um peso crescente no movimento socialista internacional e a atenção de importantes jornais estrangeiros. Foi na Internacional Socialista que encontrou os apoios indispensáveis para fundar o PS (19.04.1973, Bad-Munstercifel, RFA).

Regressa logo a seguir ao 25 de Abril, sendo triunfalmente acolhido em Santa Apolónia (28.04.1974). Derrotou no primeiro congresso legal (13 a 15.12.1974) a corrente esquerdista no interior do próprio PS, e passou a concentrar interna e externamente grande parte das forças determinadas em evitar um triunfo do PCP ou das correntes terceiro-mundistas. Isto num processo que teve os seus momentos centrais: na vitória do PS nas eleições para a Assembleia Constituinte (25.04.1975) e a 1.ª legislatura

(25.04.1976), na manifestação da Fonte Luminosa (02.05.1975), que mostraram ser o PS o maior partido, nas urnas e nas ruas. O processo político-militar acelerara-se com o caso República (19.05.1975); o “Documento dos Nove” (19.06.1975); e a saída de Soares e dos restantes ministros PS (21.06.1975) do Governo Provisório, seguidos dos do PSD (23.06.1975); com clara coordenação entre ele e esses militares moderados (e.g. manifestação PS na Alameda a 23.11.1975) em apoio do “Grupo dos Nove”.

A normalização começa com o 25 de novembro de 1975 e a eleição de Ramalho Eanes com o apoio de Soares e do PS; que por sua vez nomeia Mário Soares como ministro do I (23.07.1976) e II Governos Constitucionais (30.01.1978). Inicia-se assim uma relação política, cada vez mais tensa, até à rutura definitiva de finais de 1980; levando Soares, que não conseguiu convencer o resto da direção do partido a retirar o apoio à recandidatura de Eanes, a autossuspender-se (19.10.1980 a 10.12.1980) das funções de secretário-geral do PS. A revisão constitucional dos poderes presidenciais (12.08.1982), pelo PS-PSD-CDS, por si promovida, foi a sua resposta ao problema. Soares vem ainda a presidir ao governo do “bloco central” (junho de 1983) que termina no dia seguinte à assinatura do tratado que concretiza aquele que desde 1976 fora o seu grande projeto político: a adesão à CEE (12.06.1985).

Os seus dois mandatos foram marcados pela chamada coabitação, i.e: um presidente socialista, um governo PSD; ou, mais concretamente, pela relação política do Presidente Mário Soares, com o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva (1985-1995). Este fora o responsável pela queda do “bloco central” e um apoio fundamental de Freitas do Amaral, o que parecia pouco auspicioso para o bom funcionamento dessa relação. No entanto, quando (03.04.1987) o governo minoritário de Cavaco Silva cai, Soares apercebendo-se da popularidade deste, e sem simpatia por um governo coligando o PS com o PRD (Partido Renovador Democrático), que lhe parecia frágil e podendo motivar acusações de falta de isenção, convocou eleições antecipadas (28.04.1987), que dão ao PSD (Partido Social Democrata), a primeira de duas maiorias absolutas no Parlamento. Durante esse XI Governo Constitucional, nem Cavaco nem Soares parecem desejar, numa conjuntura muito favorável, envolver-se em conflitos. A estabilidade era importante na perspectiva de eleições que quer um quer outro iriam enfrentar. O Presidente Soares, desencadeia a iniciativa inovadora das “Presidências Abertas”, transferindo simbolicamente o poder presidencial para capitais de distrito de norte a sul, com enorme sucesso mediático e popular e em que se destaca a sua empatia com as populações e os media, o que

leva alguns a criticá-las como sendo uma espécie de campanha eleitoral contínua. Esta primeira fase da coabitação - relativamente pacífica - mereceu o apoio da maioria do eleitorado, o que foi notório, na nova maioria absoluta do PSD nas legislativas de 1991 e na vitória esmagadora de Soares apoiado pelo próprio PSD nas presidenciais de janeiro de 1991.

Inicia-se então nova fase - mais conflituosa - da coabitação. O Presidente Soares não mais podia ser reeleito e fora-o por uma enorme margem - e não já os 2% de 1986 - estava, portanto menos condicionado nas suas ações de “árbitro”. A conjuntura degrada-se, a economia resvala para a recessão, e as tensões sociais crescem culminando no gigantesco protesto, na Ponte 25 de Abril, conhecido por “Buzinão” (junho de 1994). O XII Governo Constitucional reage com reafirmações da sua autoridade face ao que considera como formas ilegítimas de a pôr em causa. Enquanto o Presidente Soares afirma haver sintomas de preocupante governamentalização. Por sua vez, quando o Presidente da República veta, ou envia ao Tribunal Constitucional legislação sensível - e.g. Lei dos Disponíveis (junho de 1992); leis dos Despedimentos e do Asilo (agosto de 1992) - isso foi visto e denunciado pelo PSD como uma forma indevida de bloqueio na esfera de ação própria do Governo. Mas, a popularidade de Mário Soares nas sondagens, sofrendo uma certa queda, manteve-se sempre elevada, ao contrário da do primeiro-ministro e do Governo.

Acusações de interferência partiram também do interior do próprio PS. Mário Soares foi referido por Vítor Constâncio (outubro de 1988) aquando da sua demissão de secretário-geral, como tendo posto em causa a sua autoridade no interior do partido. E o seu patrocínio, em 1994, ao congresso “Portugal: que Futuro?” levou a acusações de estar a pôr em causa quer o Governo, quer o então secretário-geral do PS, António Guterres, tentando alegadamente pressionar este último, para que adotasse uma estratégia de frentismo de esquerda.

Também mereceram críticas, o que alguns consideraram ser, o excessivo número e aparato das suas viagens ao estrangeiro, no entanto invariavelmente um sucesso mediático. Críticas aliás contrabalançadas por outras ao não aproveitamento do seu prestígio externo pelo Governo.

Terminou o seu mandato corporizando o objetivo perseguido, pelos líderes partidários desde o 25 de Abril, uma maioria parlamentar, um governo e um presidente homogêneos, com a vitória do PS nas legislativas (01.08.1995). E foi sucedido por outro socialista, que assumiu muito do seu modelo de exercício da Presidência: poder moderador, arbitral e suprapartidário; frequentemente caracterizado como tendencialmente “monárquico” pela sua busca de consensos e pelo gosto pelo ritual político.

Com a saída da Presidência da República (março de 1996), assumiu a presidência da Fundação com o seu nome, que tem certas semelhanças com as bibliotecas presidenciais americanas.

Soares foi uma personalidade riquíssima e a sua obra política e cívica, que também inclui a sua obra escrita, tem uma grandeza e um alcance nacionais e internacionais únicos na nossa contemporaneidade. O que fez foi imenso e foi fundamental para tornar Portugal um país livre, democrático, desenvolvido, europeu, ligado a todos os países que falam português e respeitado no Mundo.

Homem político, foi também um escritor e um homem de cultura atento, ativo e interveniente, colecionador de obras de arte e de livros, membro das mais prestigiadas instituições culturais nacionais e internacionais. Nada do que é humano lhe foi indiferente.

OBRAS PUBLICADAS

As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga, Lisboa, 1950;

A Justificação Jurídica da Restauração e a Teoria da Origem Popular do Poder, Lisboa, 1956;

Escritos Políticos, Lisboa, 1959;

Le Portugal Baillonné, Paris, 1973;

Portugal Amordaçado, Lisboa, 1974;

Entre Militantes PS, Amadora, 1975;
Escritos do Exílio, Amadora, 1975;
Portugal's Struggle for Liberty, London;
A Europa Connosco, Lisboa, 1976;
Crise e Clarificação, Lisboa, 1977;
O Futuro Será o Socialismo Democrático, Mem Martins, 1979.

Fontes:

<https://fmsoaresbarroso.pt/mario-soares/cronologia>

<https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/mario-soares/>

<https://fmsoaresbarroso.pt/mario-soares/biografia>

<https://fmsoaresbarroso.pt/eventos/congresso-internacional-mario-soares-uma-vida-entre-seculos>

<https://fmsoaresbarroso.pt/programacao/centenario-de-mario-soares>

<https://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/presidentes-da-republica-biografias/presidentes-da-democracia/mario-soares/#>

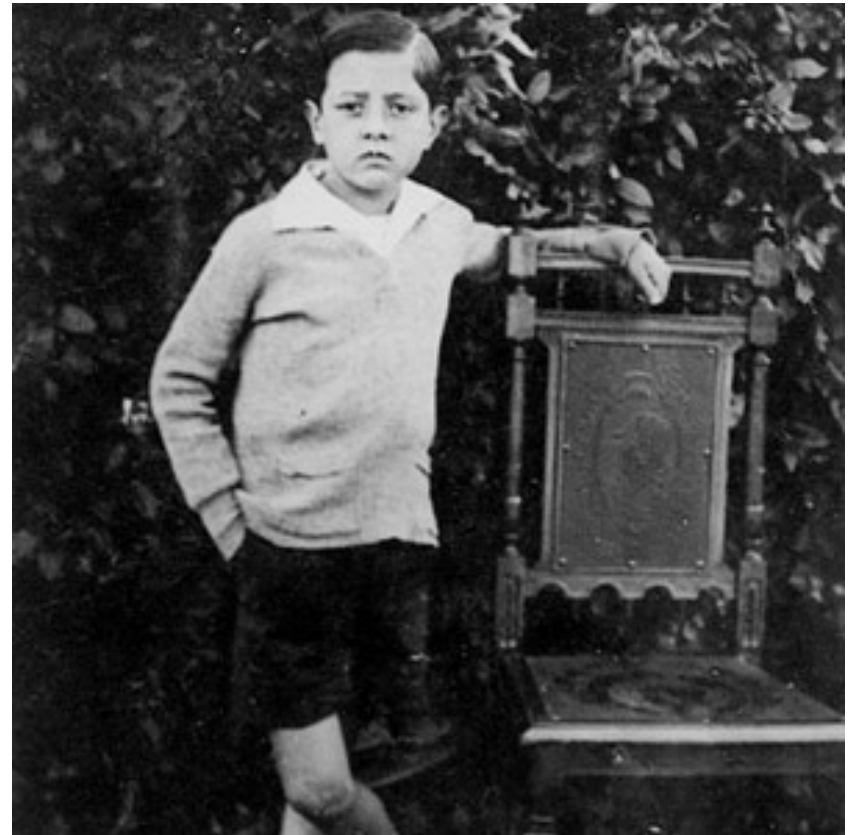
A **Biblioteca Municipal de Coimbra** (BMC) sugere uma lista de títulos disponíveis para empréstimo e/ou consulta local de Mário Soares:

[Este mes lemos Mario Soares](#)

MÁRIO SOARES, UMA VIDA EM FOTOS



João Lopes Soares com o filho, Mário Soares, no Campo Grande, 1927



Mário Soares com sete anos de idade, no Colégio Moderno, Venda do Pinheiro. 1931



Mário Soares, Maria Barroso e os filhos João e Isabel, 1957



Regresso do exílio de Mário Soares e Maria Barroso. Entrevista na viagem de comboio Paris - Lisboa, poucos dias depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, por Alfredo Cunha



Mário Soares eleito Presidente da República, 1986



Mário Soares cumprimenta José Saramago pela conquista do Nobel da Literatura , 1998



Mário Soares e Maria Barroso cumprimentam o Papa João Paulo II, na visita oficial ao Vaticano, 1990



Retrato oficial, faz parte da Galeria dos Retratos do Museu da Presidência da República. 1992, por Júlio Pomar